

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada em
04 de junho de 2020**

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Ana Genoveva da Silva Araújo, Paulo Alexandre Vieira e Sousa e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ---

De imediato foram colocadas a votação as atas das reuniões de 21/04/2020, 23/04/2020 e de 07/05/2020 que foram aprovadas por unanimidade. Foi também aprovada por maioria, com o voto contra do Sr. Dr. Paulo Sousa e a abstenção do Sr. Dr. Luís Teixeira a ata da reunião de 21/05/2020. -----

Sobre a questão da ata da reunião anterior usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Adelino Cunha para referir que no seguimento da sua intervenção na reunião anterior sobre a Dra. Rute e dado o senhor Dr. Paulo Sousa lhe ter ido contar a sua versão do que se passou, a mesma fez uma publicação no Facebook onde goza com a sua mãe idosa, afirmando nomeadamente, “que não sabia fazer uma cruz”. Disse que tal afirmação vem no seguimento da humilhação a que a Dra. Rute e outros elementos da mesa sujeitaram os seus pais nas últimas eleições legislativas. Disse que até aceitava que tivessem cumprido a lei se o tratamento tivesse sido igual para todos. Referiu que passadas poucas horas já um covarde perfil falso do Facebook fazia eco da situação, gozando com os seus pais. Afirmou que sabia bem quem são os autores do perfil falso em questão que já se chamou “Micocas” e até já foi “Liliana Teixeira”. -----

Disse ainda que numa coisa a Dra. Rute tem razão: a sua mãe é uma grande mulher que nunca envergonhou os filhos ou o marido. Nunca traiu o seu pai nem nunca roubou. Disse, finalmente, que é muito baixo usarem os seus pais idosos para o atacar politicamente. --

Usou da palavra o Sr. Dr. Paulo Sousa para declarar que, para além da amizade que tem com a Dra. Rute Martins, todas as acusações e insinuações proferidas pelo Sr. Vice-Presidente são falsas, , nomeadamente as afirmações de que em conluio com esta e com perfis anónimos existentes naquela rede social Facebook, nomeando os nomes de “Manuel Sampaio e Liliana Teixeira”, fazer parte da “máquina de propaganda política do Dr. Paulo Sousa”. -----

Retorquiu o Sr. Dr. Adelino Cunha dizendo nunca ter usado o termo “máquina de propaganda política”. -----

Seguiu-se a leitura de 4 votos de pesar, já submetidos e aprovados em anteriores reuniões, mas só agora formalizados, em memória de José Augusto Capela, Maria Helena Alves Cerqueira, Alzira Ribeiro dos Santos e José Balbino Vieira, sendo estes subscritos pelos restantes elementos do Executivo Municipal.-----

De seguida o senhor Presidente solicitou a antecipação da próxima reunião do Executivo Municipal para o próximo dia 12 de junho, em virtude da necessidade de antecipação da Assembleia Municipal, em face da necessidade de inclusão de um novo projeto no Plano Plurianual de Investimentos. Face à impossibilidade de alguns elementos para aquela data a próxima reunião do executivo municipal ficou agendada para o próximo dia 15 de junho, pelas 10:00 horas. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

De seguida informou os senhores vereadores das atividades que decorreram e a decorrer no território concelhio. Assim, disse: -----

Que o ACES Gerês Cabreira se encontra a ultimar os procedimentos para a reabertura da extensão de saúde de Rio Caldo. -----

Que, relativamente à abertura das Termas se aguarda a indicação da DGS para a respetiva abertura. -----

Que, para o período compreendido entre 25/05/2020 e 30/06/2020, foram implementados circuitos de transportes coletivos, gratuitos, para toda a população, sendo que a partir do mês de julho aqueles circuitos retomarão os seus circuitos normais, mantendo-se a possibilidade dos munícipes usufruírem das medidas do PART. -----

Que se encontra em curso a candidatura da Subida da Vezeira a património imaterial de Portugal. -----

Que decorreu a reunião da CMDFCI que aprovou o Plano Operacional Municipal (POM) para o ano de 2020. -----

Que o evento Mercado Romano, em face da pandemia da COVID-19, foi adiado para 14 a 16 de maio de 2021, e que o Gerês Granfondo foi adiado para o dia 6 de junho de 2021.

Que se encontra em curso a limpeza urbana na Vila de Terras de Bouro, seguindo-se, posteriormente, mesma ação na Vila do Gerês. -----

Que no passado dia 29 de maio decorreu uma reunião do Conselho Local de Ação Social.

Que foram retomadas as feiras nas Vilas de Terras de Bouro e do Gerês, nos dias 1 e 5 de junho, respetivamente.-----

Que, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Criança, foram distribuídas, em parceria com as Juntas de Freguesia, a CLDS-4Geira e a CPCJ, prendas pelas crianças do concelho. -----

Que em face das diligências que foram efetuadas perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, o município foi notificado que a questão será solucionada através da dedução às prestações subsequentes, para aqueles contribuintes que pagam em mais de uma prestação, e através de reembolso para aqueles que pagam o IMI em prestação única. ---

De seguida o senhor Presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para questionar sobre a intervenção da Câmara Municipal ao nível da segurança sanitária na área do Santuário do S. Bento da Porta Aberta, pois existe uma certa apreensão quanto à quantidade de pessoas que circulam pela área dos lojistas. -----

Quanto à questão do IMI familiar referiu que já tinha conhecimento desde a manhã da passada sexta-feira, afirmando que ficou a sensação de quem esteve na última Assembleia Municipal que o assunto ficou sanado logo que fez o contacto com o fisco. “*Acho que tal não é verdade e o senhor fica mal visto. Ainda ontem tive uma conversa com o diretor de cobrança de Braga e tal só foi possível devido à situação da COVID, se não os serviços centrais não iam aceitar isto. A Câmara Municipal cometeu um erro e o senhor depois tornou-se o herói do próprio erro. Se a questão se encontrava resolvida não havia necessidade de fazer qualquer comunicado.*” Disse. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente disse: “*O que transmiti na Assembleia Municipal foi o seguinte: Na reunião de Câmara Municipal de 7 de maio, o senhor Vereador, Dr. Paulo Sousa alertou, e muito bem, para um possível erro com a comunicação do IMI, porque os valores a pagar pelos contribuintes estava mais alto. O Dr. Paulo Antunes referiu que achava que tinha sido comunicado corretamente, mas que iria verificar. No final da reunião transmitiu-me que afinal se confirmava o erro na comunicação da dedução familiar. Seguiu-se, no mesmo dia, o estabelecimento de contactos com a AT e, posteriormente, foi enviada a informação à Direção-Geral da Autoridade Tributária. Em momento algum nos foi transmitida a ideia que se trataria de um problema de difícil resolução, antes pelo contrário. A resposta chegou na passada sexta-feira, mas foi-nos dada a garantia total que o assunto seria resolvido. Não foi necessária qualquer ação extraordinária, apenas um mail e dois telefonemas. Estivemos calados sobre este assunto até à reunião de 21 de maio, na qual comuniquei ao senhor vereador que de facto tinha existido o erro e as iniciativas que tomamos. Em primeiro lugar demos a resposta a si e só posteriormente fizemos o comunicado na qual a Câmara Municipal assume a responsabilidade pelo erro e no qual pede desculpa pelo sucedido. A resposta foi-lhe dada onde deveria ter sido feita. Nós não demoramos 15 dias a tratar do assunto como o senhor refere na Facebook. A questão foi resolvida no dia e trata-se de uma questão técnica que o senhor tentou politizar. O que fiz, e voltava a fazer da mesma forma, foi comunicar-lhe o sucedido e só depois emitir o comunicado a pedir desculpa à população.*” -----

Relativamente à segurança sanitária da zona comercial do Santuário do S. Bento da Porta Aberta informou que se trata de uma área do domínio privado da Irmandade, que adotou as medidas que entendeu necessárias e adequadas, sendo a única intervenção da Câmara Municipal a definição dos horários de abertura ao público. -----

Retomou a palavra o senhor vereador para questionar se o senhor Presidente confirma que a Câmara Municipal não tem qualquer intervenção naquela área comercial ou se é o senhorio. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente confirmou que para além do referido a Câmara Municipal não intervém naquela área a exemplo do que sucede com a Praia do Alqueirão que é da APA. Relativamente à fiscalização é uma competência da GNR, embora esta força esteja carente de mais efetivos. Para o generalidade do território tem havido

reuniões entre a Câmara Municipal e todos os agentes de proteção civil no sentido de criar as condições de segurança ideais para a época balnear que se avizinha. -----

De seguida aproveitou para informar que em Terras de Bouro não existe, neste momento, qualquer caso infetado com a COVID-19. -----

Usou então da palavra o Sr. Dr. Luís Teixeira para proferir a seguinte intervenção: -----

“Em reunião de 12 setembro 2019 questioneei o Sr. Presidente sobre a utilização de uma viatura municipal por parte do Adjunto Sr. Avelino Soares. O Sr. Presidente respondeu afirmativamente justificando com " ser exclusivamente para questões relacionadas com o serviço". -----

Já no momento não concordei com essa atribuição de viatura e com a justificação dada pelo Sr. Presidente. Na minha opinião a sua utilização serve apenas para o transporte da sua residência para a Câmara Municipal e vice-versa já que reside a mais de 25 Km, sendo, portanto, apenas por questões económicas. -----

Assim, tomei a iniciativa de enviar a descrição deste caso com pedido de parecer e tomada de posição a três entidades para ser colocada alguma transparência naquilo que me parece ser uma utilização indevida dos dinheiros públicos.”-----

De seguida solicitou: -----

O valor de todos os encargos que o município tem com o Adjunto e com o Chefe de Gabinete do Sr. Presidente; -----

A lista de utilizadores dos *Finger´s* do Centro Náutico de Rio Caldo.-----

Qual o número de reclamações efetuadas no Centro Náutico de Rio Caldo e no Centro de Animação Turística do Gerês, nos anos de 2018 e 2019.

De seguida disse: -----

“Durante seis reuniões de executivo, suponho que a primeira em novembro 2018, tenho solicitado que me sejam disponibilizadas as escalas de serviço do Centro Náutico de Rio Caldo e Centro de Animação Turística do Gerês, sempre antes de terminar o mês anterior ao que as escalas dizem respeito, de acordo com a lei e tal como deverão ser disponibilizadas aos funcionários desses espaços. -----

Nunca foi cumprido esse meu pedido. Apenas por duas vezes me foram entregues as escalas já no decorrer do mês a que as mesmas diziam respeito, em mão durante a reunião de executivo. -----

Ou o Sr. Adjunto, como responsável desses espaços, não as faz chegar ao Sr. Presidente ou o Sr. Presidente não as faz chegar a mim. Digo já que não creio que seja a segunda hipótese. -----

Assim solicito novamente as escalas e que se cumpra a legislação em vigor. -----

Relativamente às reuniões do CLAS - Terras de Bouro, eu tinha solicitado o regulamento e dito que voltaria a abordar o assunto. -----

Na minha opinião, desde o momento, julgo que em 2013, em que as votações passaram a ser efetuadas por voto secreto que me parece que, face a esse regulamento tal não pudesse acontecer. -----

Justifico pelo fato de o Sr. Presidente ter direito a desempate, em caso de empate na votação e ainda porque são permitidas justificações de voto. -----

Assim, enviei pedido de esclarecimento a entidades competentes por forma a obter posição sobre a matéria.”-----

Retomando a palavra o senhor Presidente informou que irá reunir informação sobre os encargos com os membros do GAP, a ocupação dos *finger's* e as reclamações e informará o senhor Vereador em conformidade. Quanto às reclamações referiu que poderão existir reclamações relativas à temperatura da água da piscina, ao comportamento dos funcionários ou relativamente à taxa de 20,00 € de acesso à rampa. “*E, no que diz respeito à taxa, sabendo que o senhor não concorda com a mesma, informo que a mesma serve para controlar o enorme tráfego a que aquela zona está sujeita, bem como, para criar, por exemplo melhores condições para os trabalhadores daqueles serviços, pois nem um ar condicionado tinham.*”-----

Retomou a palavra o Sr. Dr. Luís Teixeira para contra-argumentar dizendo que os clientes não têm culpa que aquele seja o único ponto de acesso à albufeira, ou seja, há um monopólio, estando, desta forma, a fomentar-se os acessos ilegais à barragem. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente afirmou que não foi a Câmara Municipal a criar esta situação sendo intenção manter a taxa de 20,00 €. -----

Relativamente ao CLAS informou que, em cada reunião, é sempre colocado ao plenário a forma de votação. O Presidente da Câmara preside àquelas reuniões, mas a decisão é das entidades. -----

Retomando a palavra o senhor Vereador afirmou que o Presidente do CLAS não pode colocar a opção de se votar secretamente. Em sua opinião aquelas reuniões e respetivas decisão são nulas. -----

De seguida questionou se mais alguém desejava usar da palavra, o que não se verificou.

Sendo doze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----